



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 51/XIII/3.<sup>a</sup> SL

Em 9 de maio de 2018, pelas 10 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 119/XIII/3.<sup>a</sup> (GOV) - Estabelece o regime jurídico da segurança do Ciberespaço, transpondo a Diretiva (UE) 2016/1148;  
Relator - Deputado José Manuel Pureza (BE)**
4. **Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 683/XIII/3.<sup>a</sup> (BE) - Regularização do estatuto jurídico das crianças com nacionalidade estrangeira acolhidas em instituições do Estado ou equiparadas;**
5. **Fixação de redação final de textos aprovados, designadamente:  
Texto que "Alarga o acesso à nacionalidade originária e à naturalização às pessoas nascidas em território português, procedendo à oitava alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade" [Projetos de Lei n.ºs 364/XIII/2.<sup>a</sup> (PSD), 390/XIII/2.<sup>a</sup> (BE), 428/XIII/2.<sup>a</sup> (PCP), 544/XIII/2.<sup>a</sup> (PS) e 548/XIII/2.<sup>a</sup> (PAN)];**
6. **Admissão e distribuição de petições, designadamente:  
Petição n.º 499/XIII/3.<sup>a</sup> - Solicita legislação que consagre a promoção, a proteção, o pleno e igual gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com capacidade diminuída;**
7. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente:  
Petição n.º 429/XIII/3.<sup>a</sup> - Solicita a alteração das leis relativas à segurança privada;  
Relator - Deputado António Gameiro (PS)**
8. **Apreciação e votação do parecer sobre o Relatório intitulado Portugal na União Europeia - 2017;  
Relatora - Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP)**
9. **Composição do júri do Prémio Direitos Humanos 2018;**
10. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição do Coronel António Paixão, ex-Comandante Operacional Nacional do Comando Nacional de Operações e Socorros da Autoridade Nacional de Proteção Civil, a fim de serem prestados esclarecimentos quanto aos factos que conduziram à sua demissão;**
11. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP para audição urgente do Coronel António Paixão, ex-Comandante Operacional Nacional do Comando Nacional de Operações e Socorros da Autoridade Nacional de Proteção Civil, para prestar esclarecimentos sobre os factos que conduziram à sua demissão e sobre em que ponto se encontram os trabalhos de organização dos meios no terreno e dos meios aéreos de combate aos incêndios;**
12. **Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
13. **Outros assuntos.**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 51/XIII/3.ª SL**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas:

**PROJETO DE LEI**

<i>N.º e AUTOR</i>	<i>ASSUNTO</i>	<i>RELATOR</i>	<i>CONSULTAS A PROMOVER</i>
PJL 859/XIII/3.ª (PEV)	<a href="#">Estabelece a realização de uma campanha de sensibilização e de um novo período de entrega voluntária de armas de fogo, com vista ao desarmamento da sociedade</a>	Deputado José Manuel Pureza a 09-05-2018	CSM/CSMP e OA

**PROJETO DE RESOLUÇÃO**

<i>N.º AUTOR</i>	<i>ASSUNTO</i>	<i>DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO</i>
PJR 1548/XIII/3.ª (PSD)	<a href="#">Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes em matéria de registos e notariado</a>	adiada

No segundo ponto da ordem de trabalhos, foram distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

<a href="#">COM (2018) 167</a> - Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza a Comissão a aprovar, em nome da União, o Pacto Global para Migrações Seguras, Ordeiras e Regulares no domínio da cooperação para o desenvolvimento	<b>Deputada Emília Cerqueira (PSD)</b>
---	--

<a href="#">COM (2018) 168</a> - Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza a Comissão a aprovar, em nome da União, o Pacto Global para Migrações Seguras, Ordeiras e Regulares no domínio da política de imigração	<b>Deputada Emília Cerqueira (PSD)</b>
---	--

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 119/XIII/3.ª \(GOV\)](#) - Estabelece o regime jurídico da segurança do Ciberespaço, transpondo a Diretiva (UE) 2016/1148, que foi apresentado pelo respetivo relator, o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE), que referiu que a Comissão Aprovada a 6-06-2018



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 51/XIII/3.ª SL

Nacional de Proteção de Dados, no seu parecer, considerou que o valor das coimas era “irrisório”. Em seguida o Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) agradeceu ao relator e declarou que - apesar de ser matéria a ser discutir em sede de especialidade - entendia que o montante das coimas não deveria apresentar uma discrepância tão grande face às propostas na [PPL 120/XIII/3.ª Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento \(UE\) 2016/679, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados](#), ou seja, deveriam ser mais elevadas considerando a importância da segurança do ciberespaço. O Senhor Deputado António Filipe (PCP) também felicitou o relator e concordou com o que tinha sido dito quanto à relevância da matéria e à necessidade de serem aumentadas as coimas, chamou ainda a atenção para o facto de a iniciativa só conter contraordenações graves e muito graves. O relator respondeu informando que no relatório não quis fazer considerações pessoais, mas que se juntava às considerações feitas.

No final, submetido a votação, aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

O quarto ponto, que consistia na discussão e votação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 683/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Regularização do estatuto jurídico das crianças com nacionalidade estrangeira acolhidas em instituições do estado ou equiparadas, foi adiado para a reunião seguinte, a pedido do Grupo Parlamentar do CDS-PP. A Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) explicou que no seu entender faltava uma especificação do parecer da Procuradoria-Geral da República, e comprometeu-se a fazê-la até à próxima semana, em conjunto com o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE).

O Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) sugeriu que, dado que se ia adiar, se podia aproveitar para visitar o português da proposta de alteração, por forma a ganhar algum tempo na discussão e votação na especialidade, tendo exemplificado com alguns problemas que tinha detetado.

No ponto seguinte, foi fixada por unanimidade, na ausência do PEV, a redação final do texto que "Alarga o acesso à nacionalidade originária e à naturalização às pessoas



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 51/XIII/3.<sup>a</sup> SL

nascidas em território português, procedendo à oitava alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade" [Projetos de Lei n.ºs [364/XIII/2.<sup>a</sup> \(PSD\)](#), [390/XIII/2.<sup>a</sup> \(BE\)](#), [428/XIII/2.<sup>a</sup> \(PCP\)](#), [544/XIII/2.<sup>a</sup> \(PS\)](#) e [548/XIII/2.<sup>a</sup> \(PAN\)](#)]

No sexto ponto, foi admitida a [Petição n.º 499/XIII/3.<sup>a</sup>](#) - Solicita legislação que consagre a promoção, a proteção, o pleno e igual gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com capacidade diminuída (subscrita por 5999 peticionantes), tendo sido designado relator o Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS).

No sétimo ponto, procedeu-se à apreciação do relatório final da [Petição n.º 429/XIII/3.<sup>a</sup>](#) - Solicita a alteração das leis relativas à segurança privada, que foi apresentado pelo respetivo relator, o Senhor Deputado António Gameiro (PS), que concluiu a sua intervenção afirmando que aquela petição não tinha propósito, era quase uma recomendação à AR, por isso não fazia sentido ter sido admitida.

Em seguida usou a palavra o Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) que expressou a sua concordância com o relator e afirmou que a petição não concretizava, nem abordava o problema principal.

Continuou explicando que a Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, que aprovou o Regime do Exercício da Atividade de Segurança Privada, previa que o Governo promovesse a avaliação desse regime jurídico três anos após a sua entrada em vigor (15 de junho). Por isso no final da legislatura anterior o Governo de então criou um GT para fazer um parecer sobre a revisão e atualização da lei, esse parecer foi entregue ao Governo há mais de dois anos. Referiu ainda que desde então o Governo fez várias declarações prometendo que enviava o parecer, mas não o fez, apesar das várias insistências Assembleia da República para o conhecer. Concluiu afirmando que a petição não apresentava com clareza as pretensões do peticionário, que era essencialmente um desabafo.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) concordou que a conclusão feita pelo relator era inevitável face ao teor da petição. Declarou que esperava que se concretizasse a



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 51/XIII/3.<sup>a</sup> SL

revisão da legislação da segurança privada que o Governo há muito vinha prometendo. Afirmou que o problema que mais preocupava o peticionário não dizia respeito ao exercício da atividade de segurança privada, naquilo que seria da competência da 1.<sup>a</sup> Comissão, mas era de ordem laboral, nomeadamente o esmagamento dos salários e as cargas horárias que iam muito além do proposto na lei. Explicou que havia a tendência para canalizar para a 1.<sup>a</sup> Comissão tudo o que dizia respeito à segurança privada, mas havia aspetos de ordem laboral que eram da competência da Comissão de Trabalho e Segurança Social.

Em resposta o relator afirmou que esperava que o Governo pudesse fazer a revisão da lei e que o processo pudesse chegar o quanto antes à AR.

No final, submetido a votação, o relatório final foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

No oitavo ponto, teve lugar a apresentação, pela Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP), do Relatório intitulado Portugal na União Europeia – 2017. Em seguida, tomou a palavra o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS), que saudou a relatora pelo parecer e anunciou que o seu Grupo Parlamentar do PS votaria favoravelmente. O Senhor Deputado António Filipe (PCP) anunciou que se iriam abster, apesar de não ser nada pessoal, e a Senhora Deputada Andreia Neto (PSD) felicitou a relatora e anunciou que iriam votar favoravelmente.

No final, submetido a votação, o relatório foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do BE, do CDS-PP e a abstenção do PCP, verificando-se a ausência do PEV.

No nono ponto, relativo ao tema da composição do júri do Prémio Direitos Humanos, o Senhor Presidente informou que no ano anterior a composição fora a seguinte: Deputado Bacelar de Vasconcelos (PS) (Presidente); Deputado José de Matos Correia (PSD); Deputado Filipe Neto Brandão (PS); Deputada Sandra Cunha (BE); Deputado Telmo Correia (CDS-PP); Deputado António Filipe (PCP); e Deputado José Luís Ferreira (PEV). Em seguida os Grupos Parlamentares presentes informaram que comunicariam,



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 51/XIII/3.<sup>a</sup> SL

em momento posterior, os representantes, tendo o Senhor Presidente solicitado que o fizessem, se possível, ainda durante aquele dia.

No ponto seguinte, o requerimento do Grupo Parlamentar do PSD para audição do Coronel António Paixão, ex-Comandante Operacional Nacional do Comando Nacional de Operações e Socorros da Autoridade Nacional de Proteção Civil, a fim de serem prestados esclarecimentos quanto aos factos que conduziram à sua demissão, foi apresentado pela Senhora Deputada Andreia Neto (PSD).

Em resposta o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS), explicou que teria de se ausentar, e por isso antecipava a sua resposta. Sublinhou a mudança de critério do PSD pois na anterior Legislatura este considerava que os dirigentes da Administração Pública que cessassem funções não deveriam ser ouvidos na AR, v.g. o Senhor Eng.º Rui Pereira, ex-presidente do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos de Justiça (IGFEJ), que quis prestar esclarecimentos na AR sobre o *crash* do CITIUS e que o PSD entendeu não ouvir dado porque aquele já não se encontrava em funções. Adiantou que se iriam abster, e que se a demissão foi por motivos pessoais a resposta seria no mesmo sentido. Concluiu afirmando que em momento algum o PS objetou a audições e que os dois requerimentos poderiam ser votados em conjunto.

No ponto seguinte, o requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP para audição urgente do Coronel António Paixão, ex-Comandante Operacional Nacional do Comando Nacional de Operações e Socorros da Autoridade Nacional de Proteção Civil, para prestar esclarecimentos sobre os factos que conduziram à sua demissão e sobre em que ponto se encontram os trabalhos de organização dos meios no terreno e dos meios aéreos de combate aos incêndios, foi apresentado pela Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP).

Em seguida, a Senhora Deputada Sandra Cunha (BE) explicou que acompanhavam os requerimentos do PSD e do CDS-PP, não tanto para saber os motivos que levaram à saída, que já foi referido que seriam de ordem pessoal, mas para saber em que estado ficava a pasta e como é que se preparava a nova época.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 51/XIII/3.ª SL

Os Grupos Parlamentares presentes concordaram com a apresentação conjunta dos requerimentos, após serem questionados pelo Senhor Presidente.

Os dois requerimentos foram aprovados, com votos a favor do PSD, do BE, do CDS-PP e do PCP e a abstenção do PS, registando-se a ausência do PEV.

No ponto décimo segundo, o Senhor Presidente começou por explicar que havia um parecer da Subcomissão de Ética referente às despesas de deslocação dos Deputados residentes nas Regiões Autónomas - apesar do processo ter ocorrido de forma fora do comum, pois o parecer fora diretamente solicitado à Subcomissão de Ética – tratava-se de matéria, regimentalmente, da competência daquela Comissão.

O Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) complementou a explicação assinalando que houve um despacho do Presidente da Assembleia da República (PAR) para conhecimento à 1.ª Comissão. Posteriormente foram feitas declarações, à saída da Conferência de Líderes, em como tinha sido solicitada a intervenção da Subcomissão de Ética, após o que foi elaborado um despacho formal do Presidente da Assembleia da República, o Despacho n.º 78/XIII, pedindo uma pronúncia da Subcomissão de Ética, sobre a eventual necessidade de alteração da Resolução da Assembleia da República n.º 57/2004 para “garantir o reforço da transparência na atividade parlamentar”, face à interpretação conjugada do aí disposto sobre a deslocação dos Deputados residentes nas Regiões Autónomas e os Decretos-Lei nºs 24/2015 e 134/2015 que regulam a atribuição do subsídio social de mobilidade. Informou que essa pronúncia fora aprovada, na véspera, numa reunião da Subcomissão de Ética, e enviada ao Presidente da Assembleia da República, e que naquela reunião pretendiam dar conhecimento à 1.ª Comissão da mesma.

No último ponto, reservado a outros assuntos, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) solicitou que o [Projeto de Resolução 1394/XIII](#) - Recomenda ao Governo que acelere o processo de construção do novo estabelecimento prisional do Algarve, fosse agendado para debate na Comissão. Em seguida, o Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) indicou que o seu Grupo Parlamentar também tinha um Projeto de Resolução sobre a mesma matéria, pelo que solicitou que fossem discutidos em conjunto.

Aprovada a 6-06-2018



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 51/XIII/3.<sup>a</sup> SL**

Por fim, o Senhor Presidente chamou a atenção para a visita à ala psiquiátrica do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo que estava agendada para o dia 15.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas e 15 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 9 de maio de 2018

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**(Bacelar de Vasconcelos)**





**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 51/XIII/3.<sup>a</sup> SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
António Filipe  
António Gameiro  
Bacelar de Vasconcelos  
Carlos Abreu Amorim  
Carlos Peixoto  
Emília Cerqueira  
Fernando Anastácio  
Fernando Rocha Andrade  
Filipe Neto Brandão  
Isabel Alves Moreira  
José Manuel Pureza  
Luís Marques Guedes  
Sandra Cunha  
Sandra Pereira  
Sara Madruga da Costa  
Vânia Dias da Silva  
Catarina Marcelino

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes  
Elza Pais  
José Silvano  
Telmo Correia  
Teresa Morais

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira  
Pedro Delgado Alves